

EGITO

REPÚBLICA ÁRABE DO EGITO

Chefe de Estado:	Mohamed Hussein Tantawi (substituiu Muhammad Hosni Mubarak em fevereiro)
Chefe de Governo:	Kamal Ganzouri (substituiu Essam Sharaf em dezembro, que substituiu Ahmed Shafik em março, que por sua vez tinha substituído Ahmed Nazif em janeiro)
Pena de morte:	retencionista
População:	82,5 milhões
Esperança média de vida:	73,2 anos
Taxa de mortalidade – menores de 5 anos:	21 por 1000
Taxa de literacia nos adultos:	66,4 por cento

Pelo menos 840 pessoas foram mortas e mais de 6 mil foram feridas, na sua maioria pela polícia e outras forças de segurança, durante a "Revolução de 25 de janeiro", que obrigou o presidente Hosni Mubarak a abandonar o poder em fevereiro. O Conselho Supremo das Forças Armadas (SCAF), liderado por Mohamed Hussein Tantawi, substituiu Hosni Mubarak, que foi julgado juntamente com os filhos e outros responsáveis do seu regime. Contudo, os protestos continuaram, e em alguns casos o exército e a polícia responderam com força excessiva. O SCAF libertou presos políticos e autorizou o registo de partidos políticos e sindicatos independentes anteriormente proibidos, mas manteve o estado de emergência em vigor há 30 anos, criminalizou as greves, reforçou as restrições à comunicação social e usou os tribunais militares para julgar e condenar mais de 12 mil civis, muitos dos quais detidos por envolvimento na continuação dos protestos contra o que dizem ser o lento andamento das reformas. O Serviço de Investigações da Segurança do Estado (SSI), a agência de informações de Hosni Mubarak foi desmantelada, mas a tortura de detidos continuou a ser comum e generalizada, e assumiu uma chocante e nova dimensão quando várias mulheres foram obrigadas por responsáveis militares a submeter-se a "testes de virgindade" durante a detenção. O exército desalojou à força residentes de bairros degradados no Cairo e noutras cidades, bem como pessoas que procuraram abrigo em habitações sociais vazias. As mulheres participaram de forma destacada nos protestos, mas continuaram a ser discriminadas tanto na lei como na prática. As minorias religiosas continuaram a ser discriminadas, principalmente os cristãos coptas. Foram impostas pelo menos 123 penas de morte, e pelo menos uma pessoa foi executada. Guardas fronteiriços continuaram a disparar contra migrantes, refugiados e requerentes de asilo que tentaram atravessar a fronteira egípcia do Sinai para entrar em Israel. Vinte foram mortos em 2011, incluindo na fronteira com o Sudão, e outros foram julgados ou deportados à força para países onde corriam grave risco de violações dos direitos humanos. Segundo as informações, alguns eram vítimas de tráfico de seres humanos.

Antecedentes

Após 30 anos no poder, o presidente Mubarak demitiu-se a 11 de fevereiro na sequência de 18 dias de gigantescas e, de modo geral pacíficas, manifestações por todo o Egito, às quais as forças de segurança responderam com força letal e excessiva. Segundo relatos oficiais, pelo menos 840 pessoas foram mortas nos protestos e mais

de 6 mil outras ficaram feridas. Milhares de outras foram detidas, e muitas foram torturadas ou sujeitas a abusos. Os militares assumiram o poder sob a forma do SCAF, mas nomearam primeiros-ministros e ministros civis interinos até às eleições parlamentares, que tiveram início em novembro e que deviam terminar no início de 2012. As eleições presidenciais estavam prometidas para meados de 2012.

Imediatamente após a queda de Hosni Mubarak, o SCAF suspendeu a Constituição de 1971, dissolveu o Parlamento e emitiu uma declaração constitucional garantindo determinados direitos. Libertou ainda centenas de presos administrativos. Em março, a poderosa mas há muito proibida Irmandade Muçulmana e outras organizações banidas foram autorizadas a registrar-se e a operar dentro da legalidade, tendo mais tarde participado nas eleições parlamentares. O braço político da Irmandade Muçulmana, o Partido Liberdade e Justiça, surgiu como o mais votado nos resultados preliminares das eleições. O Partido Nacional Democrático de Hosni Mubarak foi dissolvido em abril.

Em março, o Ministério do Interior cedeu a semanas de pressão dos manifestantes e dissolveu a agência de informações SSI, notória pela tortura e outros abusos. Antes da dissolução, ativistas invadiram os quartéis-generais da SSI em Alexandria e no Cairo, após se ter espalhado a notícia de que os agentes do SSI estavam a destruir provas de abusos dos direitos humanos. A SSI foi substituída pela Agência de Segurança Nacional. Não era claro se tinha sido criado algum mecanismo para evitar o recrutamento ou transferência para a nova agência de agentes da SSI implicados em torturas e outras violações dos direitos humanos. O diretor da SSI foi, porém, acusado pela morte de manifestantes em janeiro e fevereiro.

O SCAF manteve o estado de emergência nacional e em setembro alargou a Lei de Emergência para criminalizar atos como bloquear estradas, difundir rumores e atos considerados como "ataques à liberdade de trabalhar". Emendas ao Código Penal agravaram as penas para "banditismo", sequestro e violação, que podiam ir até à pena de morte, e foi aprovada a Lei 34 de 2011, criminalizando as greves e quaisquer outras formas de protesto consideradas como "obstruções ao trabalho". Após 28 pessoas, principalmente coptas, terem sido mortas em atos de violência em outubro, o SCAF proibiu a discriminação com base no género, origem, língua, religião ou fé.

Tortura e outras formas de maus-tratos

Apesar da dissolução da SSI, cujos membros tinham cometido torturas com impunidade, prosseguiram as alegações de tortura e outras formas de maus-tratos por parte da polícia e das forças armadas, e vários detidos morreram sob custódia em circunstâncias suspeitas. Em junho, a Procuradoria-Geral criou um comité de três juízes para investigar as queixas de tortura. Embora algumas das alegações de tortura contra a polícia tivessem sido investigadas, nenhuma das queixas contra as forças armadas foi devidamente investigada ou julgada.

■ Mostafa Gouda Abdel Aal foi detido na Praça Tahrir, no Cairo, a 9 de março por militares que o espancaram e arrastaram para o Museu Egípcio, nas imediações. Ali, vendaram-no, amarraram-lhe as mãos atrás das costas e atiraram-no ao chão, após o que o regaram com água e lhe deram choques elétricos no pénis e nas nádegas, espancando-o nas costas com um cabo. Foi detido durante uma noite numa carrinha juntamente com outros detidos antes de ser levado para a Prisão Militar de Heikstep, onde ele e os outros detidos foram espancados e gozados pelos procuradores militares que os interrogaram. Os procuradores não lhes perguntaram pelos ferimentos, que

eram visíveis, nem por que é que tinham as roupas ensanguentadas, e foram atingidos com bastões de choques elétricos antes de serem julgados perante um tribunal militar reunido na cantina da prisão. Após julgamentos grosseiramente injustos, foram condenados a penas entre um e sete anos de cadeia e transferidos para Prisão de Tora. Foram libertados a 23 de maio na sequência de um perdão do SCAF. Mostafa Gouda Abdel Aal ainda tinha lesões visíveis causadas pela tortura.

■ A 26 de outubro, dois agentes da polícia foram condenados a sete anos de prisão por um tribunal de Alexandria pelo homicídio de Khaled Said, cuja morte em junho de 2010 (foi brutalmente espancado em público pela polícia) se tornou uma *cause célèbre* durante os protestos anti-Mubarak. O tribunal ignorou os resultados da segunda autópsia, que revelaram que ele morreu depois de ter sido forçado a engolir um rolo plástico contendo drogas. Em dezembro, a acusação recorreu da sentença.

Julgamentos injustos

A partir de 28 de janeiro, quando o exército foi mobilizado para vigiar as manifestações depois de a polícia ter sido retirada das ruas, as pessoas acusadas de crimes relacionados com os protestos e a violência foram julgadas perante tribunais militares em vez de tribunais criminais comuns, embora os acusados fossem civis. Os tribunais militares não eram independentes nem imparciais. De acordo com as autoridades judiciais militares, até agosto cerca de 12 mil pessoas foram julgadas perante tribunais militares sob acusações como "banditismo", violação do recolher obrigatório, danos contra a propriedade e "insultos aos militares" ou "obstrução ao trabalho". Muitas foram libertadas com penas suspensas ou na sequência de perdões, mas milhares de outras continuavam detidas no final do ano.

■ Amr Abdallah Al-Beheiry foi condenado a cinco anos de prisão em fevereiro após ter sido considerado culpado por um tribunal militar de violar o recolher obrigatório e agredir um responsável público. Foi inicialmente detido a 26 de fevereiro quando soldados e polícias militares dispersaram à força manifestantes reunidos junto ao edifício do Parlamento no Cairo. Muitos dos detidos foram espancados e submetidos a choques elétricos antes de serem libertados. Amr Abdallah Al-Beheiry voltou, porém, a ser detido, aparentemente porque os ferimentos que sofreu foram filmados. O juiz militar do seu julgamento, que foi grosseiramente injusto, recusou que ele fosse defendido por um advogado contratado pela sua família, insistindo num advogado nomeado pelo tribunal. Inicialmente foi enviado para a prisão de Wadi Guedid, onde ele e outros reclusos foram alegadamente agredidos pelos guardas, e só estavam autorizados a deixar as celas uma vez por dia para ir à casa de banho, tendo depois sido transferido para a prisão de Wadi Natroun, onde no final do ano esperava por uma data de recurso.

■ Cinco trabalhadores que protestaram junto ao Ministério do Petróleo, após terem sido despedidos pela Empresa Estatal do Petróleo Egípcio, foram detidos e acusados ao abrigo da Lei 34 de 2011, e julgados e condenados por um tribunal militar em junho, recebendo penas suspensas.

Uso excessivo da força

As forças de segurança usaram força letal e excessiva contra manifestantes antes da queda de Hosni Mubarak. Guardas prisionais também mataram a tiro alguns presos condenados. Posteriormente, o exército, a polícia militar e as forças de segurança continuaram a usar a força, incluindo força excessiva, para dispersar manifestantes indignados ou frustrados com o lento andamento das reformas políticas e dos direitos

humanos. Em algumas ocasiões, os manifestantes foram atacados e envolveram-se em confrontos com "rufiões" – homens armados vestidos à paisana que se julga estarem ligados à polícia ou serem apoiantes do antigo partido no poder. Em muitos casos, as forças de segurança dispararam indiscriminadamente gás lacrimogéneo, projéteis de caçadeira e balas de borracha contra manifestantes. Dispararam igualmente munições reais e pelo menos numa ocasião conduziram veículos blindados contra e sobre manifestantes.

■ A 9 de outubro, uma manifestação majoritariamente levada a cabo por coptas no exterior do edifício da televisão estatal em Maspero, no Cairo, foi dispersada com extrema brutalidade pelas forças de segurança, que alegaram que grupos de homens armados e vestidos à paisana tinham sido responsáveis por dar origem à violência. Vinte e oito pessoas, na sua maioria manifestantes mas incluindo um soldado, foram mortas, e outras ficaram feridas, muitas delas atingidas a tiro com munições reais ou atropeladas a grande velocidade por soldados ao volante de veículos blindados. O SCAF ordenou a abertura de uma investigação e, na sequência de novos protestos e do regresso dos manifestantes à Praça Tahrir do Cairo, remeteu o caso para a procuradoria, que depois designou um juiz de instrução para analisar o caso. O julgamento de três soldados acusados pelo homicídio de 14 manifestantes de Maspero começou em dezembro, antes de o juiz de instrução submeter o seu relatório.

■ Em novembro, as forças de segurança usaram gás lacrimogéneo e dispararam projéteis de caçadeira e munições reais contra manifestantes durante cinco dias de confrontos junto ao Ministério do Interior no Cairo, depois de o exército e as forças de segurança terem expulsado manifestantes e familiares das vítimas da "Revolução de 25 de janeiro" da Praça Tahrir. Cerca de 51 pessoas morreram e mais de 3 mil outras ficaram feridas, enquanto outras foram detidas para responder por acusações como ajuntamento ilegal, ataque com caçadeiras contra manifestantes, obstrução ao trânsito, destruição de propriedade e ataque a responsáveis públicos.

■ Em dezembro, a polícia militar e outras forças de segurança usaram força excessiva e desproporcionada, bem como munições reais, para dispersar manifestantes perto do edifício dos ministérios do governo. Pelo menos 17 pessoas foram mortas, na sua maioria com armas de fogo, e centenas ficaram feridas ou foram detidas. Algumas mulheres afirmaram terem sido brutalmente espancadas e ameaçadas de abusos sexuais sob detenção.

Liberdade de expressão e de associação

Antes da queda de Hosni Mubarak, as autoridades procuraram prejudicar as tentativas dos manifestantes para se organizarem, ordenando o corte de comunicações telefónicas e por Internet. Sob o SCAF, foram impostas novas restrições à comunicação social e as forças de segurança invadiram estações de televisão, ameaçando de prisão jornalistas e blogueiros. O SCAF tomou igualmente medidas contra as ONG de defesa dos direitos humanos.

■ Maikel Nabil Sanad, um blogueiro, foi condenado a três anos de prisão em abril, na sequência de um julgamento injusto perante um tribunal militar por ter "insultado" o SCAF, criticado o uso excessivo da força contra os manifestantes da Praça Tahrir e objetado contra o serviço militar. Em agosto iniciou uma greve de fome de protesto e permaneceu detido, embora um tribunal militar de recurso tenha ordenado em outubro a repetição do julgamento. Foi transferido para um hospital psiquiátrico a pedido de um advogado numa audiência em que nem ele nem os seus advogados

estiveram presentes. A sua sentença foi reduzida para dois anos, depois da repetição do julgamento num tribunal militar. Prisioneiro de consciência, continuava detido no final do ano e era-lhe recusado o devido tratamento médico. A 31 de dezembro pôs fim à sua greve de fome.

As autoridades anunciaram estar a investigar o registo legal e o financiamento de 37 organizações de defesa dos direitos humanos e que a Suprema Procuradoria de Segurança do Estado estava a considerar a possibilidade de acusar de "traição" ou "conspiração" as pessoas consideradas responsáveis pela atividade das ONG sem registo, pela aceitação de financiamento estrangeiro sem autorização das autoridades ou pelo envolvimento das ONG em atividades políticas "não permitidas". O Banco Central pediu a todos os bancos para informarem o Ministério da Solidariedade e da Justiça Social sobre as transações financeiras das ONG e ativistas individuais. Em dezembro, forças de segurança invadiram cerca de 17 ONG de defesa dos direitos humanos, e apreenderam os seus computadores e documentos.

Direitos das mulheres

As mulheres continuaram a enfrentar discriminação na lei e na prática, mas no entanto desempenharam um papel proeminente nos protestos, tanto antes como depois da queda de Hosni Mubarak. Algumas ativistas e jornalistas foram alvo de abusos sexuais e outros.

■ Todas exceto uma das 18 mulheres detidas quando o exército expulsou à força os manifestantes da Praça Tahrir do Cairo, a 9 de março, foram despedidas durante a revista, e sete foram submetidas a "testes de virgindade", uma forma de tortura, na Prisão Militar de Heikstep, e ameaçadas de que "as que não fossem virgens" seriam acusadas de prostituição. As 18 mulheres tinham primeiro sido levadas, juntamente com outros detidos, para o Museu Egípcio, onde foram algemadas, espancadas com bastões e mangueiras, sujeitas a choques elétricos no peito e nas pernas e insultadas por militares. As 17 mulheres que foram submetidas a "testes de virgindade" foram levadas a 11 de março perante um tribunal militar, embora fossem civis, e libertadas dois dias depois. Várias foram condenadas por crimes como conduta desordeira e obstrução ao trânsito, e foram sentenciadas a pena suspensa. Em dezembro, um tribunal administrativo decidiu que estes testes eram ilegais e ordenou ao exército a sua suspensão.

■ A jornalista Mona Eltahawy foi detida e mantida sob custódia das forças de segurança durante 12 horas a 24 de novembro, enquanto decorriam confrontos entre as forças de segurança e manifestantes. Denunciou ter sido sujeita a abuso sexual e espancada por membros das forças de segurança, tendo sofrido fraturas na mão esquerda e no braço direito.

O SCAF acabou com o sistema de cotas na lei eleitoral que até então tinha reservado 64 lugares parlamentares (12 por cento) para mulheres. Em vez disso, exigiu que cada partido político incluísse pelo menos uma mulher na sua lista de candidatos eleitorais, mas não exigiu que as mesmas estivessem em lugares elegíveis.

Discriminação – Coptas

Registou-se um aumento na violência comunal entre muçulmanos e cristãos coptas, que continuaram a ser alvo de discriminação e não se sentiam adequadamente protegidos pelas autoridades. Os ataques sectários contra coptas e as suas igrejas por

alegados islamitas pareceram aumentar após o SCAF ter assumido o poder, e a morte de coptas na manifestação de Maspero, em outubro, exacerbou a tensão.

■ Confrontos eclodiram em Imbaba, uma zona operária de Gizé, a 7 de maio, quando alegados islamitas atacaram uma igreja onde acreditavam que uma mulher que se tinha convertido ao Islão se encontrava detida contra a sua vontade. Quinze coptas e muçulmanos morreram e muitos outros ficaram feridos. Casas e lojas coptas foram atacadas e outra igreja local foi incendiada. A princípio, o exército recusou intervir, mas depois abriu fogo, matando várias pessoas. Muitos habitantes de Imbaba, incluindo pessoas feridas, foram detidos. A maioria foi libertada a 26 de maio, mas o julgamento de 48 pessoas, muçulmanos e coptas, perante o Supremo Tribunal de Segurança do Estado (Emergência) no Cairo continuava no final do ano.

Impunidade e responsabilização

As autoridades julgaram alguns dos alegados responsáveis pela organização dos homicídios de janeiro e fevereiro, mas tirando isso não trouxeram justiça aos familiares das pessoas mortas e às pessoas feridas durante a "Revolução de 25 de janeiro". Polícias e outros membros das forças de segurança acusados ou implicados na morte ou ferimento de manifestantes permanecerem nos seus postos ou foram transferidos para cargos administrativos no Ministério do Interior. Muitos tentaram alegadamente pressionar ou convencer os familiares das vítimas e as testemunhas a retirar as queixas. Membros das forças armadas e da polícia cometeram abusos dos direitos humanos, incluindo torturas e homicídios, com impunidade.

■ Em abril, teve início o julgamento do antigo Ministro do Interior Habib Ibrahim El Adly e de seis outros antigos responsáveis por acusações relacionadas com o homicídio de manifestantes. O caso foi adicionado ao processo contra Hosni Mubarak e os seus dois filhos, e todos foram levados a julgamento em agosto, acusados de homicídio premeditado e na forma tentada. O julgamento, cujas duas primeiras sessões foram transmitidas em direto na televisão, prosseguia no final do ano.

Direito à habitação – desalojamentos forçados

Milhares de pessoas continuaram a viver em estabelecimentos informais no Cairo e noutras cidades que foram oficialmente designados como "áreas inseguras" para habitação devido ao risco de queda de pedras e outros perigos. Os residentes corriam igualmente risco de desalojamento forçado. O exército desalojou à força os residentes de algumas "áreas inseguras" e desalojou igualmente pessoas que procuraram abrigo em habitações sociais vazias. As pessoas desalojadas não foram consultadas ou avisadas com razoável antecedência, e muitas vezes ficaram sem teto.

Os planos oficiais para realojar os residentes das "áreas inseguras" foram delineados pelos governadores regionais em colaboração com o Instituto de Desenvolvimento de Estabelecimentos Informais (ISDF), um fundo criado em 2008, mas os moradores afetados não foram consultados nem tiveram acesso aos pormenores dos planos. O plano Cairo 2050 não foi publicado nem submetido a consulta pública nas comunidades residentes nos estabelecimentos informais que seriam mais afetados, embora em agosto o Ministério da Habitação tenha afirmado que o plano não daria origem a desalojamentos forçados.

Na sequência de "Revolução de 25 de janeiro" registou-se um aumento da ocupação ilegal de edifícios governamentais vazios. As autoridades locais responderam

chamando o exército e a polícia antimotim para desalojar à força os ocupantes, o que fizeram sem aviso.

■ Em Zerzara, uma das zonas designadas como "área insegura" em Port Said, o exército demoliu no início de julho as habitações degradadas de mais de 200 famílias, deixando 70 famílias desalojadas. Os afetados só foram avisados na véspera e não foram consultados. Muitas das famílias que ficaram desalojadas eram lideradas por mulheres. Semanas antes, o governo local tinha anunciado planos para a construção de 3500 novas casas para moradores até junho de 2012, em parte através da construção de edifícios para realojar os habitantes do local. As demolições levaram outras famílias a recear serem desalojadas à força, apesar das cartas oficiais prometendo que receberiam alojamento alternativo assim que o mesmo estivesse disponível.

■ Em julho, cerca de 200 famílias ficaram sem casa quando foram desalojadas à força sem aviso de cerca de 20 edifícios em Manshiyet Nasser, no Cairo, onde tinham feito a sua casa. Com a ajuda do "Comité Comunitário Popular" local criado por jovens durante a revolução, foram realojadas na longínqua Cidade Seis de Outubro, a sudoeste de Gizé.

Refugiados e migrantes

As forças de segurança continuaram a disparar contra migrantes estrangeiros, refugiados e requerentes de asilo que tentavam atravessar a fronteira egípcia do Sinai para entrar em Israel, matando pelo menos 10 pessoas. Mataram igualmente 10 eritreus que tentaram entrar no Egito através do Sudão. Muitos outros foram alvejados e feridos, alguns gravemente, ou detidos e julgados perante tribunais militares por "entrada ilegal" no país e condenados a penas de prisão. Pelo menos 83 refugiados e requerentes de asilo foram deportados para países onde corriam risco de graves violações dos direitos humanos. Muitos deles eram eritreus. Mais de 100 refugiados e requerentes de asilo continuavam em risco de serem sujeitos a um regresso forçado no final do ano.

Segundo as informações, traficantes de seres humanos extorquiram, violaram, torturaram e mataram refugiados, requerentes de asilo e migrantes durante a sua travessia pela Península de Sinai em direção a Israel, removendo ainda à força os seus órgãos para venderem no mercado negro.

Pena de morte

Pelo menos 123 pessoas foram condenadas à morte, incluindo pelo menos 17, que foram sentenciados na sequência de julgamentos injustos perante tribunais militares. Pelo menos uma pessoa foi executada.

■ Mohamed Ahmed Hussein, condenado pelo homicídio de cristãos coptas quando saíam de uma igreja no Alto Egito a 6 de janeiro de 2010, foi enforcado a 10 de outubro.

Visitas/Relatórios da Amnistia Internacional

☞ Delegados da Amnistia Internacional visitaram o Egito entre janeiro e março, em maio e junho e entre agosto e dezembro.

📄 Human rights activists detained in Egypt (MDE 12/008/2011)

📄 Egypt: Human rights agenda for change (MDE 12/015/2011)

📄 Egypt: Constitution proposals faltering first step to reform (MDE 12/023/2011)

- 📄 Egypt rises: Killings, detentions and torture in the “25 January Revolution” (MDE 12/027/2011)
- 📄 Time for justice: Egypt’s corrosive system of detention (MDE 12/029/2011)
- 📄 10 steps for human rights: Amnesty International’s human rights manifesto for Egypt (MDE 12/046/2011)
- 📄 Women demand equality in shaping new Egypt (MDE 12/050/2011)
- 📄 Broken promises: Egypt’s military rulers erode human rights (MDE 12/053/2011)
- 📄 Arms transfers to the Middle East and North Africa: Lessons for an effective Arms Trade Treaty (ACT 30/117/2011)